

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**CAMILA NUNES GONÇALVES**

**ABORDAGENS DA ÁFRICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA**

**SÃO BORJA  
2025**

**CAMILA NUNES GONÇALVES**

**ABORDAGENS DA ÁFRICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas- Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de licenciada em Ciências Humanas.

Orientadora: Nola Patrícia Gamalho

**São Borja  
Julho, 2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

G635a Gonçalves, Camila Nunes  
Abordagens da África em Livros didáticos de Geografia /  
Camila Nunes Gonçalves.  
45 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, CIÊNCIAS HUMANAS, 2025.  
"Orientação: Nola Patrícia Gamalho".

1. Livro didático. 2. Continente Africano. 3. Lei 10.639.  
I. Título.

**CAMILA NUNES GONÇALVES**

**ABORDAGENS DA ÁFRICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Humanas- Licenciatura da  
Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do  
Título de Licenciada em Ciências  
Humanas

Trabalho de Conclusão de curso defendido e aprovado em: 16/07/2025

Banca examinadora:

---

Prof. Dra. Nola Patrícia Gamalho  
Orientadora  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniágua  
UNIPAMPA

---

Prof. João Pedro da Rosa Ribeiro  
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **JOÃO PEDRO DA ROSA RIBEIRO, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 17/07/2025, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **NOLA PATRICIA GAMALHO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/07/2025, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/07/2025, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1788774** e o código CRC **B71F28B0**.

DEDICO ao meu filho Theodoro, como a meus pais Rejane Almeida e Mariosã Gonçalves que contribuíram para eu ser quem sou hoje.

E meu marido Matheus Velasque, pelo apoio.

## **AGRADECIMENTO**

Quero agradecer a parceria da Professora Nola Patrícia Gamalho, que prontamente aceitou me orientar nessa trajetória de estudos. Sou grata e feliz por ter uma orientadora competente e justa, que tanto me ajudou para que, juntas, pudéssemos concluir este projeto. Muito obrigada!

Para finalizar, gostaria de deixar meus agradecimentos aos meus amigos e amigas do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, Turma de 2020, pelos cinco anos de trabalhos, parcerias, amizades, lágrimas, dificuldades superadas, trocas de experiências, enfim, todos e todas de alguma maneira ficarão para sempre em minhas lembranças. Desejo que todos e todas tenham sucesso em suas carreiras! Grande abraço.

“Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista.”

Angela Davis

## **RESUMO**

A presente pesquisa compõe o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja. O livro didático, é uma ferramenta de apoio aos professores, muito utilizado em sala de aula, dessa forma, o objetivo central desse trabalho consiste em analisar criticamente as representações da África em dois livros didáticos de Geografia do 8º ano, como também, identificando discursos hegemônicos, omissões e possíveis contribuições para uma abordagem decolonial. Utilizou-se o método de pesquisa qualitativa, a qual, visa analisar o problema e propor ações que possam colaborar em possíveis soluções, portanto, a metodologia consistiu em analisar esses livros didáticos, pesquisas bibliográficas sobre a temática e organização dos dados, a qual possibilitou ter um olhar crítico quanto a maneira de avaliar previamente os livros didáticos, e assim, ressaltar a importância de incluir na geografia temas alinhados com a lei 10.639/03.

**Palavras-Chave:** Livro Didático, Continente Africano, Geografia, lei 10.639/03.

## **ABSTRACT**

This research is part of the Final Course Work presented to the Bachelor's Degree in Human Sciences at the Federal University of Pampa – São Borja Campus. The textbook is a support tool for teachers, widely used in the classroom. Thus, the main objective of this work is to critically analyze the representations of Africa in two 8th grade Geography textbooks, as well as identifying hegemonic discourses, omissions and possible contributions to a decolonial approach. The qualitative research method was used, which aims to analyze the problem and propose actions that can collaborate in possible solutions. Therefore, the methodology consisted of analyzing these selected textbooks, bibliographic research on the theme and organization of the data, which made it possible to have a critical look at the way to previously evaluate the textbooks, and thus, highlight the importance of including in geography themes aligned with law 10.639/03.

Keywords: Textbook, African Continent, Geography, law 10.639/03.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – .....	33
Figura 2 – .....	33
Figura 3 – .....	36
Figura 4 – .....	37
Figura 5 – .....	38
Figura 6 – .....	40

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos do conhecimento de Geografia 8º ano .....	27
Quadro 2 – Habilidades de Geografia 8º ano .....	28

## Sumário

1 INTRODUÇÃO .....	14
2 - REFERÊNCIAL TEÓRICO .....	17
2.1 Revisão de literatura .....	17
2.2 A Geografia na BNCC- Ensino Fundamental .....	24
2.3 Métodos de avaliação e distribuição dos Livros Didáticos de Geografia no Brasil .....	29
3 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS: REFLEXÕES, RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES .....	33
3.1 Alternativas para uma abordagem mais crítica e antirracista na disciplina de Geografia.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
REFERÊNCIAS .....	44

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo refere-se ao Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Humanas- Licenciatura, que tem por objetivo geral analisar criticamente as representações do continente africano em dois livros didáticos de Geografia do 8º ano, identificando discursos hegemônicos, omissões e possíveis contribuições para uma abordagem decolonial.

Visto que a escola deve ser um espaço de discussão e formação integral, no que diz respeito às questões sociais, como a discriminação contra negros no Brasil, que se perpetua até os dias atuais. Nesse sentido, é responsabilidade da escola combater essa prática. Indubitavelmente, o sistema de ensino brasileiro deve propor ações que valorizem a cultura afro, construindo uma identidade para que todos se sintam incluídos e valorizados. Desse modo, é imprescindível a compreensão do papel do professor no enfrentamento do preconceito e valorização da cultura afro-brasileira.

E esse papel deve se efetivar através de ações concretas no âmbito escolar. É importante que educadores percebam que abordar o tema de maneira genérica, sem ações objetivas e coerentes em relação a questão, implica na perpetuação da discriminação racial e preconceituosa contra negros no Brasil. Assim, a temática dessa monografia é: identificar como os livros didáticos de Geografia do 8º ano representam o continente africano, e em que medida essas representações perpetuam estereótipos ou promovem uma visão crítica e diversificada sobre a África?

Portanto, a pesquisa tem a intenção de identificar os principais temas sobre a África abordados nos livros, verificar se as narrativas reforçam estereótipos, avaliar a presença de perspectivas africanas (autores, fontes, mapas), como também, propor alternativas para uma abordagem mais crítica e antirracista, alinhada à Lei 10.639/03 e às Diretrizes Curriculares para Educação Étnico-Racial.

A análise de livros didáticos é fundamental para compreender como o conhecimento geográfico é construído e disseminado, especialmente sobre regiões historicamente marginalizadas, como o continente África. Estudos mostram a necessidade de questionar narrativas hegemônicas. A África é frequentemente reduzida a estereótipos (fome, guerra, atraso), ignorando suas contribuições

culturais, científicas e econômicas. Uma análise crítica pode combater visões preconceituosas. A Lei 10.639/03 exige o ensino da história e cultura africana, mas sua implementação nos materiais didáticos ainda é insuficiente. Livros didáticos são a principal fonte de informação para muitos estudantes. Uma abordagem crítica pode formar cidadãos mais conscientes e antirracistas.

Parte-se da compreensão de que a escola é um lugar de socialização e, conseqüentemente, torna-se um espaço múltiplo no que se refere à pluralidade social. A existência da discriminação contra negros no Brasil é hoje conhecida como fato. A escola tem uma grande responsabilidade no combate ao preconceito. O sistema educativo deve ajudar quem cresce em determinada cultura a se identificar, a partir de atividades em sala de aula para contribuir na construção da identidade e se encontrar dentro da própria cultura.

Desse modo, é imprescindível propor alternativas para uma abordagem mais crítica e antirracista. E mesmo assegurados por lei (10.639/2003 e 11.645/2008), ainda temos vestígios do racismo dentro das escolas. Assim, é importante que a escola seja um espaço de diálogo e proposição de ações concretas no que diz respeito ao enfrentamento do preconceito racial contra grupos identificados etnicamente como negros. E esse enfrentamento deve ter como premissa a valorização da cultura afro-brasileira, a fim de que os representantes dessa cultura tenham sua identidade valorizada e respeitada no âmbito da sociedade brasileira.

Sabe-se que o plano nacional de educação prevê o combate a preconceitos, no entanto, é importante destacar que este estudo se justifica em função de trabalhar a questão do combate à discriminação contra o negro e a valorização de sua cultura, através de práticas pedagógicas eficazes, no contexto educacional. Uma vez que as leis nos dão embasamento para tratar do assunto, mas a efetivação do combate se concretiza através da ação e no contexto deste estudo, por meio da análise da contribuição das práticas efetivadas pelos professores no contexto educacional, assim esse estudo vai contribuir para identificação de práticas pedagógicas eficazes, assim como propor outras práticas que podem ser realizadas.

O presente projeto de pesquisa, utiliza da pesquisa qualitativa, com abordagem crítica e documental, baseada na análise de conteúdo (Bardin, 2011) e na perspectiva descolonial (Quijano, 2000; Mbembe, 2018). Análise de: dois livros didáticos de Geografia do 8º ano: Coleção Geração Alpha (Editora SM Educação) Coleção Araribá (Editora Moderna).

Os critérios de seleção foram: Livros aprovados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Capítulos sobre o continente africano (ênfase em temas como colonização, diversidade cultural, geopolítica, economia e representações cartográficas).

Os Procedimentos de Análise são: Análise de Conteúdo (Bardin, 2011)  
Categorias de Análise: Representação da África:

- Quais representações predominam? (ex.: pobreza, conflitos, "atraso") vs. abordagem crítica (diversidade cultural, desenvolvimento econômico, resistências históricas).
- Tratamento do colonialismo e neocolonialismo (crítico ou superficial).
- Destaque para megadiversidade (biomas, riquezas naturais) ou apenas problemas ambientais (desertificação, fome).
- Discussão sobre urbanização, industrialização e economia africana contemporânea.
- Uso de fotos que reforcem estereótipo (ex.: crianças famintas, guerras) ou que mostrem cidades modernas, universidades, tecnologia.

Desta forma, a pesquisa foi dividida em quatro capítulos a saber: Primeiramente com a Introdução, no segundo capítulo trabalharemos os conceitos gerais, revisão literária, a problematização: A Geografia na BNCC-Ensino Fundamental, e o Métodos de avaliação e distribuição dos Livros Didáticos de Geografia no Brasil, o terceiro capítulo apresentamos o nosso estudo, enquanto sistemática de nossa pesquisa, analisar criticamente as representações do continente africano em três livros didáticos de Geografia do 8º ano, discutir as alternativas para uma abordagem mais crítica e antirracista na disciplina de Geografia, e por fim, no quarto capítulo, as considerações finais.

## 2 - REFERÊNCIAL TEÓRICO

### 2.1 Revisão de literatura

O preconceito e discriminação racial contra negros ainda perdura até os dias de hoje. Na atualidade não há o contexto da escravidão e barbárie praticados contra os afrodescentes, mas há o silêncio, a omissão e a ignorância em relação a riqueza cultural e a relação de identidade com o Brasil. Indubitavelmente, é importante que a educação seja o espaço de disseminar a história e a cultura do negro como formação de identidade e cultura para que estes sujeitos se sintam pertencentes e consigam identificar o seu espaço de efetivação. Dessa forma,

A questão fundamental que se coloca é como ensinar a história desses povos que na historiografia oficial foi preterida e substituída pela história de um único continente, silenciando a rica diversidade cultural em nome de um monoculturalismo justificado pelo chamado sincretismo cultural ou mestiçagem, quando na realidade o que se ensina mesmo é a Europa com sua história e sua cultura. (Munanga, 2015, p 01)

É um fato que no Brasil, por muitos anos, estudantes descendentes de africanos, asiáticos, europeus, indígenas foram igualmente privados dos conhecimentos sobre a cultura africana e afro-brasileira. Ocultando uma história de resistência e luta, minimizando e inferiorizando um povo, negando assim conhecimentos a respeito da cultura africana. É indispensável que as escolas, metodologias, livros didáticos estejam atualizados sobre a temática e isentos sobre conteúdos racistas e intolerantes. É essencial que reflitam sobre a história do Brasil, quem contribuiu para a construção de nossa sociedade, da cultura brasileira. Negar nosso passado, e ignorar essas contribuições é um retrocesso para educação. Logo, cabe salientar que o silêncio no contexto educacional tem responsabilidades por esse contexto não ter sido totalmente transformado. (Gonçalves, 1985; Gomes, 2003, p 43)

No que diz respeito à educação étnico racial, importantes avanços ocorreram a partir de 2003, com a Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio, público e privado. A Lei 11.645, de 2008, ampliou a obrigatoriedade a cultura indígena. Sendo extremamente necessária para o combate ao racismo e para a construção de uma sociedade mais igualitária no Brasil. Buscando, incluir o estudo da História da África e dos Africanos,

a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica do Brasil, valorizando assim, as diferentes culturas presentes em nosso país, respeitando à diversidade. A Implementação da Lei 10.639, visa garantir o acesso a história e inserir a população negra como sujeitos dessa sociedade, detentores de conhecimentos e saberes, que foi negado a eles por muitos anos.

A implantação dessa e outras leis desconstrói preconceitos que perpetuam durante muito tempo na sociedade brasileira e nada melhor que a educação, como ferramenta, para construir uma sociedade muito mais justa e antirracista. É importante pontuar que a lei só foi possível a partir da luta dos movimentos sociais, especialmente, a partir da segunda metade do século XX. Destacando assim a educação como um dos principais campos para combater o racismo e a discriminação racial. A lei 10.639/2003 foi uma grande conquista de direitos para a população negra, como também, para uma educação antirracista. Porém, o que de fato vai efetivar esse direito são ações educativas que desconstroem estereótipos e preconceitos.

Como destaca:

O debate sobre o estudo da história e das culturas africana e indígena deve ser situado no contexto da história do Brasil, nas trajetórias das relações entre os diferentes povos que formaram a nação brasileira, reconhecendo como uma das marcas desse processo, a diversidade de povos e cultura. (Guimarães, 2012, p. 74)

A disciplina de Geografia tem um papel importantíssimo nesse processo de transformação, tornando-se assim um componente curricular primordial na Educação Básica, permitindo de certa forma aos estudantes a leitura da vida e do espaço, de uma maneira mais crítica, enquanto sujeitos presentes na sociedade e no espaço. Nesse sentido, o ensino da geografia vai muito além de mapas, cartografia, e conceitos, ele nos possibilita a construção de uma reflexão social e política sobre as formas de desigualdades sociais tão presentes nesse espaço em que vivemos. Formando assim cidadãos mais conscientes, que não se limitam a compreender apenas a sua realidade, e sim, diferentes concepções do mundo, sabendo assim agir e se posicionar politicamente neste espaço em que vive.

Os conteúdos de Geografia trabalhados em sala de aula, além de relacionar a natureza e as relações sociais, devem focar os temas transversais como consumo, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, dentre outros.

Para conseguir abordar todos os temas previstos e articulá-los entre si, o professor/a precisa contar com o auxílio de materiais didáticos que poderão criar situações em que os alunos progredam na aprendizagem sobre o mundo e sua vida. (Souza, 2016, p. 15).

Dessa forma, se destaca aqui a importância de uma abordagem antirracista no ensino de Geografia. Deve-se incluir aspectos relacionados à realidade social dos alunos, a cultura, saberes, ancestralidade, lugar, território, raça, gênero. É necessário ir além dos estereótipos do imaginário acerca de africanos e do afro-brasileiros. A educação como um todo cresce ao incorporar a perspectiva e experiência da população negra, como também desses de grupos marginalizados. Assim, faz-se necessário evidenciar o conhecimento desses grupos, que têm sido historicamente excluídos da geografia tradicional.

Nesse sentido, o livro didático se configura como um instrumento muito importante no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, ele é utilizado como ferramenta didática, que auxilia os professores na condução do projeto pedagógico, dando apoio para os alunos no acompanhamento dos conteúdos. Porém, é preciso que o professor verifique se realmente esses livros didáticos estão de acordo com realidade, se os conteúdos estão completos, se existe a preocupação de se incluir temas relacionados a educação antirracista. Vale pontuar que os livros didáticos, presentes em todas as escolas públicas do Brasil, são aprovados pela PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) que é um programa do governo brasileiro que tem como objetivo distribuir materiais didáticos, pedagógicos e literários de forma gratuita e sistemática para as escolas públicas de educação básica. Existe uma seleção rigorosa do Ministério da Educação (MEC) das obras que serão distribuídas, garantindo que os materiais escolhidos atendam às necessidades curriculares e pedagógicas.

Nesse contexto, é importante citarmos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento essencial para educação. O documento estabelece aprendizagens necessárias para todos os estudantes da Educação Básica. Logo, é base para que os livros didáticos sejam pensados diante dessas normas definidas no documento. A BNCC visa que todos os alunos, de diferentes regiões, tenham o mesmo acesso aos conteúdos e habilidades, padronizando a qualidade do ensino em cada uma das etapas da educação básica.

No que se refere a disciplina de Geografia:

[...] a BNCC está organizada com base nos principais conceitos da Geografia contemporânea, diferenciados por níveis de complexidade. Embora o espaço seja o conceito mais amplo e complexo da Geografia, é necessário que os alunos dominem outros conceitos mais operacionais e que expressem aspectos diferentes do espaço geográfico: território, lugar, região, natureza e paisagem (Brasil, 2017, p. 361).

Com o objetivo de aprofundar o tema e estabelecer orientações às instituições de ensino, o Ministério da Educação publicou em 2004, as diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana, que institui princípios que orientam para a concretização da educação das relações étnico-raciais, o combate ao racismo, a promoção da igualdade e o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira. Sendo um instrumento fundamental para garantir que a educação seja inclusiva e que todos os estudantes, especialmente a população negra, tenham seus direitos e identidades reconhecidos e valorizados, as diretrizes

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

§ 3º Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas. (Brasil, 2003)

Baseado nas Diretrizes, o Rio Grande do Sul, em 2017, instituiu o Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, com vigência de dez anos. Tendo como objetivo principal garantir que as escolas incluam a perspectiva étnico-racial em seus currículos, elaborem projetos pedagógicos específicos para a educação étnico-racial, representando um compromisso renovado com a promoção das relações étnico-raciais na educação.

Seguindo esse mesmo propósito, a Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul, publicou um Projeto, Modelo Escola Referência – Antirracista (SECRETARIA

DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto Modelo Escola Referência Antirracista). Que busca não somente atender às Diretrizes, mas ir além, propondo criar um modelo inovador de escola e gestão educacional, fundamentado na perspectiva antirracista. Um projeto, que trilha por meio de uma proposta Pedagógica, garantir uma aprendizagem, contribuir para uma educação pública de qualidade, que valorize e celebre a diversidade étnico-racial e cultural, por meio de práticas pedagógicas inclusivas e interseccionais.

Nessa perspectiva, é importante que se dê destaque a práticas que contribuam para a disseminação da riqueza e diversidade cultural dos povos afrodescendentes, que tradicionalmente foram abordados de maneira superficial com ênfase na história e cultura europeia. Além disso, a escola deve propor um ambiente de reconhecimento da diversidade, no qual através do diálogo, o aluno se reconheça como um ser humano em formação, em constante aprendizagem, com grande potencial para a construção de conhecimentos.

Destaca-se, que

Após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas. (Brasil, 2004, p 07).

Dessa forma, o que se evidencia é que a constituição de 1988 trouxe avanços, no que diz respeito a cidadania e a dignidade do ser humano. No entanto, ainda existem posturas de preconceito, racismo e discriminação em relação aos afrodescendentes, assim como as desigualdades econômicas e educacionais são mais intensas nesse grupo social. E esse fator contribui para permanência da desigualdade e acesso dos negros aos direitos que lhe deviam ser garantidos.

Sob este ponto de vista, a escola tem o dever de proporcionar a formação integral do cidadão. Dessa forma, é necessário que se foque em ações que estimulem a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem a diversidade e as características próprias de grupos e minorias que se encontram no contexto escolar.

Nesse sentido, ao analisar os dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros na educação, constata-se a necessidade de políticas específicas que revertam o atual quadro. Os números são ilustrativos dessa situação. Vejamos: pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana 8 crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação. (Brasil, 2004, p 07).

Como se pode observar, os números demonstram a tamanha desigualdade social entre negros e brancos, uma vez que os números que se referem à falta de acesso à educação, exploração do trabalho infantil são maiores entre negros, fazendo com que esses sujeitos não consigam ter direitos fundamentais garantidos, o que os faz questionar em relação à

Quem somos? De onde viemos e para onde vamos? Estas questões aparentemente simples são de uma grande complexidade, pois remetem à origem histórica de cada povo, sua composição étnico-cultural e seus problemas sociais na sociedade global, entre outros. Em outros termos, elas colocam a questão da diversidade e do reconhecimento das diferenças que hoje faz parte da pauta de discussão de todos os países do mundo, mesmo daqueles que antigamente se consideravam como monoculturais. (Munanga, 2015, p21).

Desse modo, é importante que ações concretas que visem reverter esses dados sejam tomadas e o debate e as reflexões acerca dessa questão devem ser levantadas em todos os contextos, principalmente, no âmbito educacional, uma vez que

O Brasil, um país que nasceu justamente do encontro de culturas e civilizações, não pode se ausentar desse debate. O melhor caminho, a meu ver, é aquele que acompanha a dinâmica da sociedade através das reivindicações de suas comunidades e não aquele que se refugia numa abordagem superada da mistura racial que, por dezenas de anos, congelou o debate sobre a diversidade cultural e racial no Brasil –vista apenas como uma monocultura e uma identidade mestiça. (Munanga, 2015, p22).

Visto que,

Trata-se de incorporar perspectivas que valorizem a diversidade cultural e reajam contra preconceitos e discriminação na educação e na formação de professores, o que se constitui no foco central do multiculturalismo – movimento teórico e político que rompe com a ideia de homogeneidade cultural e busca respostas para incorporar a construção das diferenças em espaços culturais plurais, incluindo a educação. (López, 2018, p 04).

Desta forma, a escola tem o dever de propor ações que valorizem a diversidade cultural e combater preconceitos que se efetivam muitas vezes, no contexto educacional e na formação de professores. Conforme, destaca

Nilma Gomes (2003) reflete sobre como o olhar lançado sobre a população negra, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. Nesse percurso, os negros deparam-se, no espaço escolar, com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura, sua história, seu corpo e sua estética. (Lopez, 2018, p 04).

Portanto, para debater o contexto histórico da população negra, precisamos que as escolas sejam um espaço de valorização da identidade e das diferenças e não um ambiente em que estigmas e discriminações se efetivem, por meio da segregação e da negação da cultura e identidade afro. Dessa forma, é importante destacar que

Uma educação das relações etnicorraciais envolve práticas pedagógico culturais que produzem e põem a funcionar identidades e diferenças. Ao ressaltar experiências racializadas que são negadas no espaço institucional escolar que, majoritariamente, constituiu uma prática corporal de disciplinamento baseada num olhar branco e eurocêntrico, estas práticas abrem espaço para a constituição de representações alternativas no processo de identificação e diferença cultural, propiciando um contexto positivo para os processos de identificação de sujeitos negros nas relações etnicorraciais no espaço escolar. (López, 2018, p 05).

A maior parte dos estudantes da educação pública e privada, possuem conhecimentos desfavoráveis em relação ao continente africano, construindo uma imagem marcada pela presença da violência, guerras, doenças, e principalmente a fome. É preciso que se desconstrua essas narrativas eurocêtricas a respeito do povo africano. Em seguida, parte-se para a construção de um novo conhecimento sobre o continente, pautado por chaves interpretativas que valorizem as perspectivas internas da sociedade africana sobre si mesma.

Dessa maneira, é importante conhecer de uma forma positiva a população negra, trazendo benefícios a toda a sociedade. Desenvolvendo através da educação, um novo olhar para os povos africanos.

Conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra” (Ribeiro, 2019, p. 21)

Assim, é fundamental propor práticas pedagógicas culturais que valorizem e identifiquem a importância das identidades e diferenças. Através dessa visão ao propor as práticas pedagógicas, estar-se-á proporcionando a construção de um ambiente positivo para os processos de identificação de sujeitos negros no espaço escolar. Desse modo, é importante que as práticas pedagógicas em relação a valorização e o combate à discriminação contra o negro sejam revistas a partir do trabalho de conhecimento acerca da história de um povo, conforme Muganga o

Longo exercício ao qual me detive é simplesmente para mostrar que a história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, além de outros constitutivos como a cultura, os comportamentos coletivos, a geografia dos corpos, a língua, a territorialidade etc. Não é por acaso que todas as ideologias de dominação tentaram falsificar e destruir as histórias dos povos que dominaram. A história da África na historiografia colonial foi negada e quando foi contada o foi do ponto de vista do colonizador. Da mesma maneira, a história do negro no Brasil passou pela mesma estratégia de falsificação e de negação e quando foi contada o foi do ponto de vista do outro e de seus interesses. (Munanga, 2015, p22).

É inegável que as metodologias antirracistas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, combatendo o racismo e desconstruindo rótulos. Promovendo a reflexão, a inclusão e a valorização da diversidade. Dessa forma, é importante que essas metodologias antirracistas no que se refere à história da África sejam abordadas pela perspectiva do povo Africano e não sob a ótica do colonizador, uma vez que a perspectiva do colonizador utiliza como estratégia a falsificação da história e a apresenta a partir de seus interesses.

## **2.2 A Geografia na BNCC- Ensino Fundamental**

É importante salientar que o ensino de geografia desempenha um papel fundamental na formação dos alunos, proporcionando-lhes uma compreensão ampla e significativa do mundo em que vivem. Segundo a BNCC, a geografia contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao

observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. (Brasil, 2017, p. 361).

Tão logo, para a disciplina de Geografia, no ensino fundamental, é necessário que os alunos tenham um aprendizado mais prático, considerando o espaço vivido, construindo conhecimentos a partir do sentimento de pertencimento ao lugar, de uma identidade cultural, possibilitando a eles um entendimento do espaço ao qual estão inseridos. Sobre o ensino dessa disciplina na escola, Cavalcanti (2006, p. 32) aponta que a tarefa principal do professor é ensinar aos seus alunos conteúdos relevantes para que possam compreender o espaço em que vivem. Porém, mais do que ensinar os conteúdos, “é necessário também ensinar modos de pensamento e ação” próprios da Geografia.

Tendo em vista que o presente trabalho tem como um de seus objetivos: Identificar os principais temas sobre a África abordados nos livros didáticos do 8º ano do ensino fundamental. Se faz necessário fazer um levantamento de todas as vezes que o tema África se fez presente na BNCC, disciplina de geografia no 8º ano do ensino fundamental, como também uma análise no qual buscou identificar as possíveis abordagens que a BNCC sugere para se desenvolver a temática.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Seu principal objetivo é ser a indicadora da qualidade da educação no país por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito!

Neste sentido, no que se refere às aulas de Geografia do 8º ano do Ensino Fundamental, os conteúdos são desenvolvidos conforme determina essa normativa. A Geografia faz parte da grande área das Ciências Humanas, no item 4.4.1 da BNCC. Tabela (1) estão os conteúdos que precisam ser desenvolvidos no 8º ano.

Quadro (1). Objetivos do conhecimento de Geografia 8º ano do ensino fundamental

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO
<b>O sujeito e o seu lugar no mundo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais</li> <li>• Diversidade e dinâmica da população mundial e local</li> </ul>
<b>Conexões e escalas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial</li> </ul>
<b>Mundo do trabalho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os diferentes contextos e os meios técnico e tecnológico na produção</li> <li>• Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial na América Latina</li> </ul>
<b>Formas de representação e pensamento espacial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e da África</li> <li>• Dimensões econômica, política, socioambiental e cultural/demográfica do espaço no desenvolvimento do raciocínio geográfico</li> </ul>
<b>Natureza, ambientes e qualidade de vida</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identidades e interculturalidades regionais:</li> <li>• Estados Unidos da América, América espanhola e portuguesa e África</li> <li>• Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina</li> </ul>

Fonte: Base Nacional Comum Curricular 2017

Ao analisar o quadro, compreende-se que o ensino de Geografia foi dividido em cinco unidades temáticas, a partir destas, os professores são orientados a desenvolverem seus planos de ensino de forma a contemplar estes três temas. Lembrando que essas unidades temáticas fazem parte de um grande bloco temático que abrange diferentes objetos de conhecimentos e habilidades, cabe a cada professor desenvolver a melhor forma didática para abranger esses temas.

No que se refere ao nosso trabalho, identificar os principais temas sobre a África, podemos analisar no que tange a BNCC, que os objetivos do conhecimento do 8º ano do ensino fundamental, são seis, sendo dois deles relacionados a Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África, e Estados Unidos da América, América espanhola e portuguesa e África, compreender especificamente conteúdos que podem englobar representações do continente africano.

#### Quadro (2). Habilidades de Geografia 8º ano do ensino fundamental

(EF08GE13) Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da África.

(EF08GE14) Analisar os processos de desconcentração, descentralização e recentralização das atividades econômicas a partir do capital estadunidense e chinês em diferentes regiões no mundo, com destaque para o Brasil.

(EF08GE15) Analisar a importância dos principais recursos hídricos da América Latina (Aquífero Guarani, Bacias do rio da Prata, do Amazonas e do Orinoco, sistemas de nuvens na Amazônia e nos Andes, entre outros) e discutir os desafios relacionados à gestão e comercialização da água.

(EF08GE16) Analisar as principais problemáticas comuns às grandes cidades latino-americanas, particularmente aquelas relacionadas à distribuição, estrutura e dinâmica da população e às condições de vida e trabalho.

(EF08GE17) Analisar a segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, com atenção especial ao estudo de favelas, alagados e zona de riscos

(EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América.

(EF08GE19) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfoses geográficas com informações geográficas acerca da África e América.

(EF08GE20) Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valoração na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos.

(EF08GE21) Analisar o papel ambiental e territorial da Antártica no contexto geopolítico, sua relevância para os países da América do Sul e seu valor como área destinada à pesquisa e à compreensão do ambiente global.

(EF08GE22) Identificar os principais recursos naturais dos países da América Latina, analisando seu uso para a produção de matéria-prima e energia e sua relevância para a cooperação entre os países do Mercosul.

(EF08GE23) Identificar paisagens da América Latina e associá-las, por meio da cartografia, aos diferentes povos da região, com base em aspectos da geomorfologia, da biogeografia e da climatologia.

(EF08GE24) Analisar as principais características produtivas dos países latino-americanos (como exploração mineral na Venezuela; agricultura de alta especialização e exploração mineira no Chile; circuito da carne nos pampas argentinos e no Brasil; circuito da cana-de-açúcar em Cuba; polígono industrial do sudeste brasileiro e plantações de soja no centro-oeste; maquiladoras mexicanas, entre outros).

Fonte: Base Nacional Comum Curricular 2017

Ao observar o quadro (2), percebe-se que para a disciplina de Geografia do 8º ano do ensino fundamental, foram pensadas treze habilidades as quais os alunos precisam atingir durante o ano, o que a BNCC ressalta, que as habilidades, são as ações práticas e cognitivas que permitem aos estudantes desenvolver as competências. As habilidades básicas dizem respeito às particularidades da aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes durante as etapas do ensino.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular: Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e

processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas, que foi observado no quadro (1).

Nota-se que a base, no âmbito da geografia no 8 ano do ensino fundamental, faz 6 menções as relações do ensino acerca da África no quesito habilidades. Nessa perspectiva, é o professor que explora e faz um estudo do texto da base para identificar as possibilidades de desenvolvimento das temáticas na escola e pensar a melhor forma de se trabalhar tais conteúdos. Com o auxílio do plano de aula, onde ele vai definir o tema da aula, seu objetivo, conteúdos, estratégias e ferramentas que conduzirão os alunos à conquista de novos saberes

### **2.3 Métodos de avaliação e distribuição dos Livros Didáticos de Geografia no Brasil**

O livro didático é de fato uma importante ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem, pois muitas vezes ele faz, através de suas imagens e conceitos, uma ligação entre o imaginário dos alunos e a realidade dos fatos. Juntamente com um bom planejamento, o livro didático nos possibilita um maior alcance, assim como uma integração (interdisciplinaridade) de diferentes áreas do conhecimento para promover uma aprendizagem significativa e contextualizada, influenciando o hábito de leitura.

É importante salientar que o professor não deve depender única e exclusivamente do auxílio dos livros didáticos, que de certa forma facilitam a execução de conteúdos e atividades. Os livros didáticos são um instrumento fundamental, porém devemos considerar outras formas e estratégias no processo de ensino-aprendizagem.

No que diz respeito à história dos livros didáticos no Brasil, é marcada por diferentes fases, e várias nomenclaturas e definições, em 1985, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que faz parte das políticas públicas para produção e distribuição de livros didáticos. Ele é um programa do governo Federal que oferece gratuitamente aos alunos das escolas públicas livros didáticos, obras literárias, obras complementares e dicionários para o processo de ensino-aprendizagem, Decreto-Lei nº 91.542 (Brasil, 1985),

Ao longo desses 96 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução. Na década de 1930 foi iniciado o processo de criação do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão específico que legislava sobre a produção

do livro didático, que só foi formalmente instituído em 1937, por meio do decreto nº 93, de 1937, seguido pela instituição da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), em 1938.

A CNLD foi a primeira política de legislação, extinta em 1969 pela Portaria Ministerial nº 594, e suas atribuições foram assumidas posteriormente por outros órgãos, como a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) que coordenava as ações referentes à produção, à edição e à distribuição do livro didático. Em 1971, o Instituto Nacional do Livro (INL) passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), substituído pelo PNLD, em 1985.

Atualmente o PNLD é um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo (Maciel, 2014). E abrange uma série de ações que têm por finalidade a distribuição das obras didáticas, mas passa também por outros importantes processos desde a definição de diretrizes para as obras em cada etapa da Educação Básica até a seleção dos livros a serem adotados.

Conforme o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, os objetivos do PNLD são:

- aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de Educação Básica, com a conseqüente melhoria da qualidade da Educação;
- garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de Educação Básica;
- democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;
- fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;
- apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e
- apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

O programa tem como diretrizes:

- o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;
- o respeito à autonomia pedagógica das instituições de Ensino;

- o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e
- a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias. (Brasil,2017)

Os critérios obrigatórios das obras didáticas são publicados em edital pelo MEC e produzidos por editoras. A cada quatro anos, esses materiais se renovam, um por vez, pela secretaria de educação básica do ministério, professores, especialistas avaliam e selecionam aquelas que têm as características exigidas e que vão compor o conjunto de livros e materiais aprovados.

O processo de avaliação dos Livros didáticos de Geografia inscritos no PNLD de 2024, foi feita com base em critérios como:

- **Adequação à BNCC:** Os materiais devem abordar as competências e habilidades definidas na BNCC para Geografia.
- **Temas Contemporâneos Transversais:** A inclusão e abordagem de temas como Meio Ambiente, Cidadania etc., são avaliadas.
- **Aspectos Pedagógicos:** A avaliação considera a organização, a linguagem, as atividades propostas e outros aspectos relevantes para o processo de ensino-aprendizagem. (Brasil,2014)

Destacamos aqui, que atualmente o ensino de Geografia apresenta uma nova realidade, na qual o aluno aprende a interpretar situações para melhor compreender o que se passa ao seu redor, ou seja, o lugar que ocupa dentro do contexto geográfico e sua relação com outras áreas do conhecimento (Moreira, 2012). Se faz necessário que esses livros didáticos estejam adequados com a realidade atual.

É evidente a importância do Livro Didático no processo de ensino-aprendizagem, especialmente na disciplina de Geografia, na qual é indispensável o auxílio das imagens que compõem a capacidade dos alunos de enxergar realidades antes apenas descritas e imaginadas. O Livro Didático é uma ferramenta essencial na organização das aulas, expandindo os horizontes dos alunos, promovendo o desenvolvimento de pensamentos diversificados.

No que se refere ao último PNLD (2024), o Guia de Geografia do Ensino Fundamental apresenta 15 coleções aprovadas, sendo essas: A conquista Geografia, editora FTD S A: Amplitude Geográfica, editora DO BRASIL SA: Araribá conecta Geografia, editora MODERNA LTDA: Conexões e Vivências Geografia,

editora DO BRASIL SA: Caleidoscópio Geografia, editora LTDA: Geografia-  
Compreensão do Espaço e Lugar , editora IBEP: Geração Alpha, editora SM LTDA:  
Geografia Espaço & Interação, editora FDT S A: Geografia uma nova visão,  
Pantograf Gráfica editora LTD: Jornadas: Novos Caminhos – Geografia, Saraiva  
educação S.A: Jovens Sapiens, Editora Scipione S.A: Segue a Trilha Geografia,  
Palavras projetos editoriais LTDA: SuperAÇÃO! editora MODERNA LTDA: Teláris  
Essencial, editora ATICA S.A.

### 3 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS: REFLEXÕES, RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES

Nesta etapa foram desenvolvidas análises dos dois livros de Geografia utilizados no 8º ano do Ensino Fundamental, que fazem parte dos últimos livros aprovados no PNLD 2024. Por se tratar de livros destinados para estudantes com faixa etária de 13/14 anos, são livros que contêm muitas imagens, de forma a chamar a atenção do público-alvo, como também a geografia necessita da visualização de imagens para sua compreensão e análise.

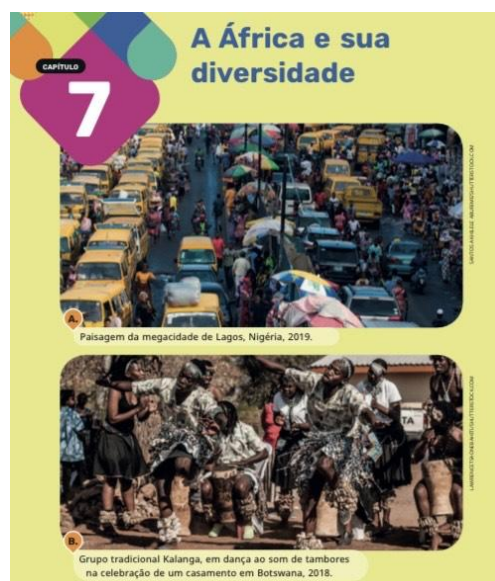
O prazo de vigência dos livros é de quatro anos, sendo aprovados em 2024, e disponibilizados publicamente pelo MEC, com prazo de duração de 2024 a 2028, depois serão substituídos por outros exemplares ou por novas edições destes. Fica a critério de cada instituição, a escolha das obras.

As figuras (1 e 2) apresentam imagens dos livros analisados, pode-se observar logo à primeira vista que não existe muito contexto geográfico, por exemplo, ilustração de uma paisagem demonstrando a adversidade no Brasil, ou fatores climáticos, como chuvas ou as fortes queimadas na Amazonia.

**Figura 1:** Capa do livro ARARIBÁ Conecta **Figura 2:** Imagem do Capítulo 7- África e sua diversidade



Fonte: Moderna (2024)



Fonte: Moderna (2024)

O primeiro livro analisado foi o ARARIBÁ Conecta – Geografia, este livro possui trezentos e quarenta (340) páginas, a grande maioria ilustradas com desenhos e fotos que retratam os conteúdos. O livro é subdividido em oito capítulos: sendo os dois últimos, dedicados a África, com o título, A África e sua diversidade (capítulo 7) e África aspectos econômicos (capítulo 8). Estes conteúdos estão de acordo com a BNCC e com base nestes capítulos, os professores possuem autonomia para inserir atividades que complementam os conteúdos, contendo algumas sugestões, de atividades e textos complementares. O livro foi desenvolvido de forma a contemplar os aspectos da Geografia humana e Geografia física, contemplando também a Cartografia.

O capítulo 7, a África e sua diversidade, tem como um dos seus objetivos conhecer as principais características físicas do continente africano, como também, reconhecer as divisões regionais existentes, analisar os aspectos populacionais da África, refletir sobre o sistema de *apartheid* instaurado na África do Sul e sua destituição na década de 1990, entre outros. Reconhecer o território africano e suas divisões regionais, Relacionar o processo africano com suas divisões territoriais, Compreender o processo de descolonização do continente africano após a Segunda Guerra Mundial, Refletir sobre o sistema de *apartheid* instaurado na África do Sul e sua destituição na década de 1990, Analisar os aspectos populacionais da África, Reconhecer a influência da cultura africana no Brasil, Associar os conflitos africanos com a divisão neocolonialista europeia e a instabilidade territorial, Compreender a gênese e as consequências da pobreza e da fome na África, Analisar a questão da aids e outras doenças no continente africano, Conhecer os principais fluxos migratórios africanos.

O capítulo inicia explorando a diversidade do continente africano, trabalhado através da observação de duas imagens, a primeira mostra aspectos da vida do africano em uma megacidade, trazendo os desafios enfrentados, o problema da Nigéria com superlotação, e a questão da pouca infraestrutura, e a outra imagem que mostre a riqueza e variedade da cultura africana, com pessoas usando vestimentas tradicionais, dançando em uma cerimônia de um casamento.

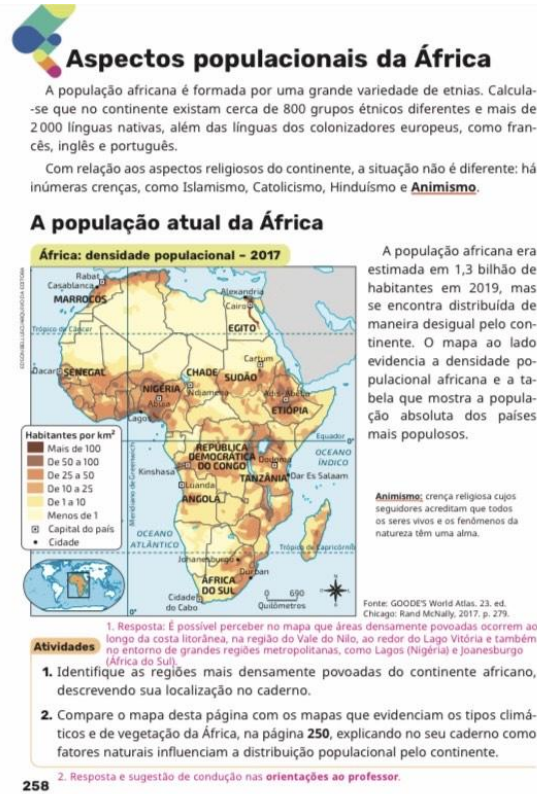
Como vimos, o livro didático busca apresentar essa riqueza de aspectos distintas paisagens do continente africano. Seguindo nesse contexto, o livro didático apresenta alguns conceitos de território e região que são bem desenvolvidos (páginas 246/247), onde podemos visualizar dois mapas, o primeiro da divisão regional da África e o segundo macrorregiões, favorecendo uma maior compreensão do espaço. Cada divisão é apresentada com as características e aspectos de cada região, permitindo analisar as diferentes realidades socioeconômicas.

Os aspectos naturais do continente africano são descritos nas páginas 248 a 252, utilizando a cartografia para expor o raciocínio geográfico, envolvendo a interação entre clima e a formação de vegetais. O livro apresenta aos alunos as características e a visualização dessas paisagens. O conteúdo é bem exposto, a vegetação acompanhada da variação climática, com destaque para florestas tropicais, savanas, desertos e vegetação mediterrânea.

A partir da página 253, podemos observar um pouco da história dos povos africanos, a conquista da África pelos europeus. Destacando o tema de forma contextualizada, relacionando-o com as dinâmicas espaciais, econômicas e sociais do continente, as consequências da exploração colonial e o processo de descolonização. Os textos explicam bem o contexto histórico que levou à corrida europeia pela África impulsionada pela revolução industrial e a busca por matérias-primas. Também discute a questão do racismo ser um tipo de preconceito associado às etnias ou características físicas, considerando algumas etnias inferiores e outras superiores.

Seguindo para os aspectos populacionais da África, que ao longo das páginas 258 a 277 e desenvolvido, como podemos ver analisa sua distribuição na figura 7, que apresenta a concentração populacional em áreas como o vale do Nilo e as áreas costeiras, em contraste com as regiões desérticas e florestais mais escassamente povoadas, focando na diversidade do continente. Crescimento demográfico, indicadores sociais, migrações e impactos socioeconômicos.

Figura 3: Imagem da página 258 do livro didático



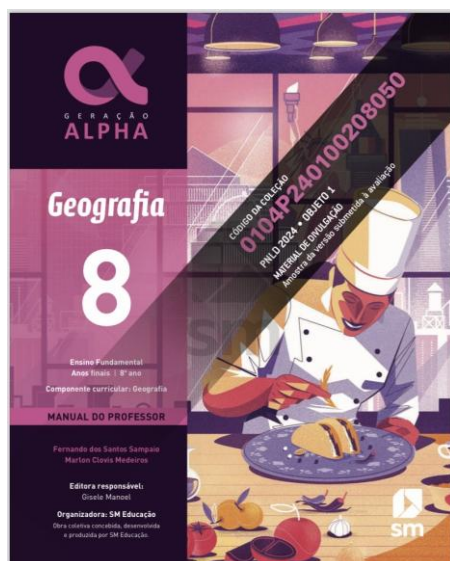
Fonte: Moderna (2024)

Nesse contexto, partimos para o capítulo 8, África: aspectos econômicos, que apresenta uma África com uma economia diversificada, os recursos naturais e os desafios contemporâneos, os textos promovem uma visão crítica, complexa e multifacetada do continente africano. O primeiro texto traz os contrastes econômicos do continente, abrigando alguns dos países em desenvolvimento mais pobres do planeta. O livro didático interpela a agricultura na África sendo um setor importante, envolvendo a maior parte da população e sendo fundamental para a economia de muitos países. No entanto, podemos observar que a agricultura africana enfrenta desafios como a dependência de técnicas tradicionais, falta de infraestrutura e mudanças climáticas. Apesar disso, o livro didático contextualiza o grande potencial da África para se tornar uma potência agrícola, com investimento em tecnologias e práticas sustentáveis.

No aspecto econômico também podemos destacar que o livro expõe a questão de dependência econômica da África. Como podemos observar, essa dependência se manifesta principalmente em commodities, como petróleo, minerais e produtos agrícolas, para exportação, em detrimento da diversificação econômica.

Por fim, podemos ver que o livro didático traz as relações econômicas entre China e África de forma a destacar a crescente importância da China como parceira comercial e investidora no continente africano. Mencionando o aumento do comércio bilateral, os investimentos em infraestrutura e o acesso da China a recursos naturais africanos.

Figura 4: Capa do livro Geração ALPHA Geografia.



Fonte: SM educação (2024)

O segundo livro didático analisado foi da SM Educação, Geração Alpha (Figura 4). Esse livro possui 356 páginas, subdividido em unidades do 1 ao 9, sendo as unidades 7, 8 e 9 o centro de nosso estudo. As respectivas Unidades são África: aspectos gerais (7), África: Desenvolvimento econômico (8) e África: população e urbanização (9).

Iniciamos com os aspectos gerais do continente africano, o livro explora bastante o visual, com imagens, que devem ser analisadas pelos alunos e comentadas, a diversidade regional do continente e trabalhada nas páginas 182 e 183 com os conceitos, cartografia e imagens. Utilizou-se dos conceitos de divisão da África Setentrional e Subsaariana, muito utilizada para estudar o continente.

O clima e vegetação são apresentados através dos conceitos, da diversificação de climas, com alguns textos bem longos, porém necessários. O continente africano tem diferentes climas, diversidade natural que influencia diretamente a vida das populações. Pode-se observar na página 185 o clima

desértico, suas características, que são áreas praticamente inóspitas, com população de nômades, que vivem a muitos anos de atividades pastoril e comercial.

Figura 5: Imagem da página 185 do livro didático



Fonte: SM educação (2024)

A partir da página 190, entramos em outra temática a respeito do continente africano, com o título Neocolonialismo e suas consequências: O neocolonialismo na África, que foi um processo de exploração e dominação de territórios africanos pelos europeus no século XIX e início do século XX. Podemos observar que o texto traz a Conferência de Berlim (1884-1885) que formalizou a partilha da África, dividindo o continente entre as potências europeias sem levar em conta as culturas e etnias locais. Na página 192, podemos visualizar através do Atlas, com o título África: Imperialismo Europeu (1914), como funcionou esse processo de dominação dos territórios africanos.

Seguimos com a Descolonização e Independência, com um texto bem claro, e contextualizado, que aborda o processo histórico de independência das nações africanas em relação ao domínio colonial europeu, que ocorreu principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Envolvendo movimentos nacionalistas, guerras de independência e negociações diplomáticas, culminando com a conquista da autonomia política por diversos países africanos.

Partimos para a unidade 8, África desenvolvimento econômico que é subdividida em 3 tópicos: A economia africana, Investimentos estrangeiros e desenvolvimento econômico e Economia destaques regionais. Inicia com características gerais, trazendo um texto que explora os recursos naturais, as riquezas do continente, matérias primas, produção de energia, os conflitos que os diamantes atraem, esclarecendo que o comércio de diamantes financiou diversos conflitos no continente. Como também o livro didático traz na página 207, a economia africana diante da pandemia de covid-19, a participação em acordos de cooperação para as economias do continente.

Com a grande importância da agricultura na economia da maioria dos países da África, o livro didático destaca a realidade atual, como a agricultura de *plantation*, mais direcionada à exportação, e são responsáveis por tornar muitos países do continente vulneráveis a crises de disponibilidade de alimentos. E a agricultura de subsistência, que ocupa grande parte da população africana e compreende um sistema tradicional de cultivo.

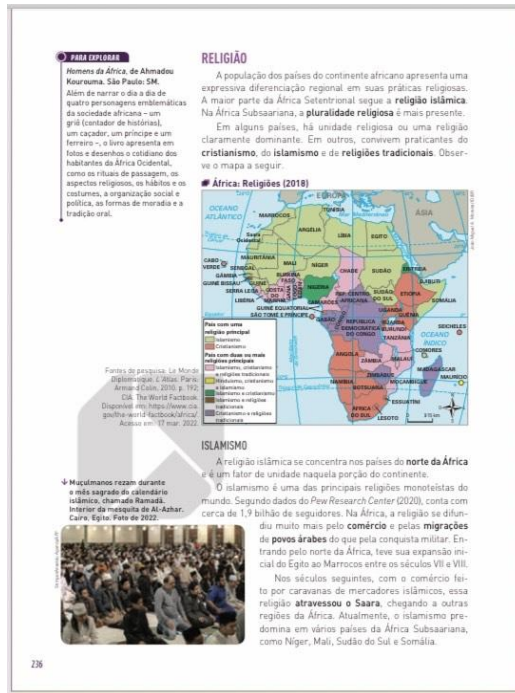
Partimos para o capítulo: Investimentos Estrangeiros e desenvolvimento econômico, que basicamente elucida a dependência econômica do continente africano e as relações internacionais, trazendo a Europa como sua principal influência na economia africana. Embora a Europa tenha sido um parceiro comercial importante e histórico para a África, a dependência não é exclusiva nem unilateral, a China tornou-se parceira comercial do continente africano de forma crescente desde os anos 2000, o que foi abordado na página 215.

Por fim, no capítulo 3, discute a economia regional da África, foca na integração regional, diversificação econômica, desenvolvimento de infraestrutura e investimento em capital humano. O livro didático desenvolve muito bem as características econômicas regionais, como: Argélia com a extração do petróleo, Marrocos com a mineração, a Líbia dependente da exportação de gás natural e de petróleo, o Egito com a agricultura e o turismo, entre outros. A África do Sul apresenta o seu potencial de industrialização, atualmente um país emergente em nível global.

A unidade 9, África: população e urbanização, é subdividido em três capítulos: o primeiro, a população africana. Trabalha a distribuição da população pelo continente, trazendo uma imagem de Cairo, capital do Egito, sendo a maior cidade do continente africano, segundo a Organização das Nações Unidas. Logo após, é

exposto a grande diversidade étnico e cultural do continente africano, existindo muitos idiomas e dialetos diferentes. A religião também ganha destaque, com uma pluralidade religiosa, o livro didático traz o Islamismo, Cristianismo, Religiões africanas tradicionais.

**Figura 6:** Imagem da página 236 do livro didático



Fonte: SM educação (2024)

O capítulo 2, fala sobre o crescimento da população, descrevendo as melhorias nas condições sanitárias e a universalização do acesso à saúde avançam no continente. Essas melhorias estão relacionadas à elevação das taxas de crescimento econômico. Contudo, a expectativa de vida é baixa em muitos países do continente africano por causa da desnutrição, das doenças epidêmicas, como tuberculose, malária e a Aids, como podemos observar no livro didático.

Por fim, finalizamos com o capítulo 3, que relaciona o rural e o urbano na África, trazendo o crescimento da população urbana no continente. A África tem passado por um rápido crescimento urbano, impulsionado principalmente pela migração do campo para as cidades em busca de melhores oportunidades como podemos ver no livro didático, com consequências da urbanização acelerada, grandes cidades.

### **3.1 Alternativas para uma abordagem mais crítica e antirracista na disciplina de Geografia**

Pensar uma geografia antirracista é pensar em romper estruturas, romper lógicas, práticas pedagógicas, raciocínios, e rever discursos, visto que ainda estamos presos a uma ciência colonizada (Porto-Gonçalves, 2009). Por isso mesmo, é necessário que os professores se renovem, atualizem com as questões que nos afetam no dia a dia, como sociedade. Buscar e criar estratégias e mecanismos para a construção de uma geografia que entenda a necessidade de analisar as diversas transformações sociais, que criam constantes mudanças nas dinâmicas urbanas e geográficas.

Precisamos destacar que os livros didáticos são valiosas ferramentas educacionais, que auxiliam os professores na condução do projeto pedagógico e dão apoio para os alunos no acompanhamento dos conteúdos. Contudo, precisamos desenvolver o hábito de analisar mais esses temas expostos e desenvolvidos nos livros didáticos, uma vez que, o resultado do planejado em nossas aulas, depende de como eles são trabalhados. Entendemos que existe todo um mecanismo de aprovação dos livros didáticos. Porém, às vezes dependendo do que buscamos em nosso planejamento, não se encaixa.

Abordar as relações étnico-raciais nos livros didáticos de geografia requer que esses, evidenciam problemáticas teórico-metodológicas em torno da etnicidade e do racismo, da história, memória e cultura dos povos africanos, quilombolas, indígenas, dentre outras pluralidades. Precisamos desconstruir algumas ideias, fruto do Brasil colonial, que perpetuam até os dias atuais.

Só será possível construir uma educação para a “igualdade racial” quando houver na escola, profissionais com responsabilidade, não só com alunos negros, mas com toda a sociedade, ultrapassando o nosso espaço de vida, contribuindo com uma possível transformação social. Quando houver profissionais que entendam a necessidade de construir uma educação em outra perspectiva, potencializando pautas de dimensão racial, reafirmando seu compromisso com o aprendizado, com a excelência do ensino, compromisso com a sociedade, construindo um mundo mais justo, ético e igual, incentivando novas descobertas, explorando novos caminhos e apontando a direção para o crescimento.

Contudo, precisamos nos reinventar e enfrentar o problema em busca de alternativas. A escola não é o único espaço e/ou estrutura que precisamos disputar para efetivar o processo de construção de uma sociedade antirracista, mas como professores a escola é a nosso apoio, espaço de transformações sociais. Quando assumimos esse papel de transformar através da educação, entendemos que o nosso sucesso, está ligado ao sucesso dos nossos alunos, digo isso não em relação, ao sucesso profissional, mas sim o pessoal, quando realmente aquela sementinha do bem é plantada e disseminada.

Nesta perspectiva, este trabalho é de extrema relevância, pois contribui para a luta antirracista na medida em que sistematiza estratégias de construção de uma geografia antirracista na escola, é um trabalho que coloca em questão analisar criticamente as representações do continente africano em livros didáticos. Torna-se relevante, a partir do momento que entendemos a importância de se trabalhar essas pautas de uma maneira clara, de acordo com a realidade em que vivemos, abandonando anos de inferioridade, ocultação de informação, uma invisibilidade de culturas, religiões, histórias de determinados grupos sociais que ainda são esquecidos e menosprezados por uma ciência colonizada. É dever histórico estar dando visibilidade a estas vozes que participaram do processo de construção territorial do Brasil etc., e devemos compreender que “o antirracismo é uma luta de todos e todas” (Ribeiro, 2019, p. 15).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho, ancorado na pesquisa qualitativa e documental, nos oportuniza pensar as relações étnico-raciais e a geografia nos livros didáticos. As reflexões aqui elucidadas demonstram que os livros didáticos ainda se limitam a abordagem da relações étnico-raciais na perspectiva da geografia, principalmente no ensino fundamental, estando a serviço de uma educação geográfica restrita à compreensão do espaço e, obviamente, a construção do raciocínio geográfico. Esta análise nos faz expandir e disseminar o conhecimento e perceber que ainda estamos em dívida com a educação antirracista, com a geografia que nos possibilita a ampliar nosso conhecimento, através de conteúdos que nos despertam a curiosidade, que mudem nosso ponto de vista, esclarecendo, nos mostrando diferentes realidades, que muitas vezes, somos induzidos a acreditar em situações que não condizem com o que vivemos atualmente.

Por fim, o Livro Didático de Geografia é uma ferramenta indispensável no meio escolar, facilitando o processo de ensino-aprendizagem e promovendo uma educação de qualidade. É fundamental que o Livro Didático de Geografia contribua para a elaboração de aulas atrativas e formadoras de bons leitores, especialmente nos primeiros anos escolares. Analisar as formas de abordagem da África nos livros didáticos, nos faz assumir um compromisso com a educação de qualidade, trazendo conteúdos, dispostos a enriquecer nosso conhecimento sobre um continente que foi profundamente afetado durante o período de colonização.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.**2004. Disponível em: <file:///C:/Users/PFG/Downloads/%C3%A9tnico%20racial%20diretrizes.pdf> Acesso em: 02 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 53.817, de 28 de novembro de 2017.**

BRASIL. **Decreto-lei Nº 91.542, de 18 de agosto de 1985.** Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2024:** Geografia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2024.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938.** Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União, 5 jan. 1939.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC; Consed; Undime, 2015.

LÓPEZ, Laura. **RELAÇÕES ETNICORRACIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR.** Programa de Educação antirracista no cotidiano escolar e acadêmico. MÓDULO 2 – EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS. Disponível em [file:///C:/Users/PFG/Downloads/Nola-Relacoes\\_eticorraciais-no-ambiente-escolar.pdf](file:///C:/Users/PFG/Downloads/Nola-Relacoes_eticorraciais-no-ambiente-escolar.pdf) Acesso em: 28 de dezembro de 2022

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto Modelo Escola Referência Antirracista. []. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202504/11173142-modelo-escola-referencia-antirracista.pdf>]. Acesso em: [11/03/2025].

MOTA, Thiago. **Ensino Antirracista Na Educação Básica,** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. Acesso em: 12 de outubro de 2024

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/PFG/Downloads/107184-189741-1\\_SM.pdf](file:///C:/Users/PFG/Downloads/107184-189741-1_SM.pdf). Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** 1º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, B. A. L. Análise do livro expedições geográficas do 8 ano: A ausência e superficialidade das representações étnico-raciais da relação África-Brasil - **Revista Eletrônica: Tempo -Técnica - Território**, v.11, n.2 2020),p.21:35.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos: PNLD 2024 Geografia**. Secretaria de educação básica. Anos finais do ensino fundamental. Brasília, 2024. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

SOUZA, Fábio Feltrin de; FOLHARINI, Emerson Silva. **Racismo, subjetividade e colonialidade: reflexões a partir de Franz Fanon**. In: \_\_\_\_\_; MORTARI, Cláudia (org.). Histórias africanas e afro-brasileiras: ensino, questões e perspectivas. v.2. 1 ed. Tubarão, 2016. p. 17-40.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, A. (org) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. 1.ed. Lisboa: Antígona, 2014.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Prefácio. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. (Org.). 2º edição. Belo Horizonte: editora gutenber, 2009.

MODERNA. **ARARIBÁ Conecta Geografia: 8º ano**. São Paulo: Moderna, 2024.

SAMPAIO, Fernando dos Santos. **Geração Alpha Geografia: 8º ano**: São Paulo: Edições SM, 2024.